



Ponencia apresentada pela aluna de graduação Mariana Poncio de Limada Universidade Federal do Paraná para a mesa *Política y Sociedad en Latinoamerica* do 7º Congresso ALACIP JOVEN. **Contato:** mariana.poncio@gmail.com

Cultura e violência na vida de jovens curitibanos entre 2008 e 2010:

redefinições de espaços e perfis

INTRODUÇÃO

Esse trabalho pretende apresentar a estrutura e a bibliografia base de um projeto em andamento que analisa como as questões relacionadas à cultura e a violência urbana se desenvolvem entre grupos de jovens pertencentes às classes C e D na cidade de Curitiba, a partir de dados levantados por bibliografias surgidas no período entre 2008 a 2010 e de pesquisas publicadas nesse mesmo período, por exemplo o livro “Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude violência e cidadania”, o qual relata uma pesquisa financiada pela UNESCO e realizada pela UFPR no final dos anos 90.

A partir disso, em um primeiro momento, será apresentado brevemente o que é o CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude), como funciona sua estrutura, o que esse Conselho entende por juventude e o porquê de ser relevante para esse estudo. Em seguida, será explicada resumidamente a escolha da bibliografia referente aos anos de 2008 a 2010. Para então se observar o perfil dos jovens brasileiros em números e num segundo momento descrever a juventude da cidade de Curitiba com o foco nos jovens menos providos de assistências institucionais do Estado de cultura, educação e lazer, ou

seja, jovens alvo de políticas de segurança pública. Por fim, indicar algumas alternativas às Políticas Públicas voltada aos jovens da cidade de Curitiba, realizadas por uma associação sem fins lucrativos com características de Ponto de Cultura: SoyLocoPorTi.

Enfim, serão identificadas diversas fontes presentes na literatura atual com o foco no modo como a cultura pode influenciar nas dinâmicas de violência entre estes jovens. Deste modo, a hipótese que este trabalho procura confirmar é que os obstáculos socioculturais que os jovens pesquisados enfrentam com a ausência e/ou precariedade de aparelhos estatais que ofereçam políticas públicas voltadas à cultura, lazer, e políticas de segurança preventiva e não somente repressiva, os inibem na hora de conquistar seus espaços na sociedade (trabalho, cultura, ação afirmativa). Todavia, através de associações e organizações com base na sociedade civil - unidas ou não ao Governo Federal, por exemplo os Pontos de Cultura, os espaços possíveis para esses jovens se abrangem e seus perfis se redefinem.

1. O CONJUVE

O CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude), segundo o seu próprio documento, foi criado pela Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005 e tem as atribuições de formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas para a juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e fazer o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais..

O Conselho é composto de 1/3 de representantes do Poder Público e de 2/3 de representantes da sociedade civil. Ao todo, são 60 membros, 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. A representação do poder público contempla, além da Secretaria Nacional de Juventude, todos os Ministérios que possuem programas voltados para juventude, a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados, o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude, e representantes das associações de Prefeitos.

Ele então, expressa a relação entre gerações, etnias, religiões, regiões, orientações sexuais e gêneros atualizadas em diversos tipos de organizações, redes e

trajetórias profissionais. Possui perspectiva marcadamente plural. (Idéias de identidades plurais). Além de ter caráter consultivo: seu poder reside mais em lograr o reconhecimento e a legitimidade da temática juvenil perante os governos, a opinião pública e a sociedade, do que na execução de um orçamento específico.

Dentro dessa composição existem as Câmaras Temáticas (CT's), as quais têm por objetivo dar qualidade e agilidade às ações do Conselho Nacional de Juventude (CNJ), visando aumentar sua eficácia para pautar o debate e promover políticas públicas de juventude. Tal composição atende ao objetivo de transformar a política de juventude numa verdadeira Política de Estado.

Em relação a estrutura do documento: as três CTs são inter-relacionadas e interdependentes, o tema das juventudes é transversal – exige a integração de políticas estruturais, emergenciais e específicas, traz experiências muito diferenciadas entre si. Cada CT apresenta três momentos: 1 – o “estado da questão” (principais controvérsias em curso); 2 – proposição conceitual; 3 – recomendações para implantação e aperfeiçoamento das políticas públicas de juventude.

A partir disso, ficou estipulado que ser jovem não é uma escolha e sim uma condição, a qual envolve pessoas entre a faixa etária de 15 a 29 anos. O problema consiste na dimensão desse grupo, já que considerar como uma única categoria etária as fases mais metamórficas da vida humana – de infância para adolescência, de adolescência para vida adulta.

O próprio documento defende que ser jovem no Brasil é estar imerso em uma grande diversidade, um mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de promoção de direitos. 1 – direitos civis e políticos; 2 – direitos sociais e 3 – direitos difusos (atribuídos a grupos sociais e não a indivíduos).

No mundo contemporâneo a matriz política é definida pelo reconhecimento e valorização das identidades coletivas (superação de pré-conceitos): O primeiro passo é evitar o uso da oposição Igualdade X diferença. O oposto de igualdade é desigualdade e não diversidade.

Nesse contexto, surgiu o projeto Cultura Viva (Ministério da Cultura) com o objetivo de implantar e modernizar espaços culturais, permanentes ou itinerantes, com a infraestrutura física, técnica e operacional necessária à realização de atividades culturais. Os Pontos de Cultura são espaços de gestão, agitação, criação e difusão cultural, que se constituirão nas referências da Cultura Viva.

2. 2008 À 2010: A RELEVANCIA DA JUVENTUDE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A importância da observação dos documentos gerados pelas reuniões do Conjuve a partir de 2008 consiste em identificar os novos elementos que o constitui: além de uma análise comparativa com os anos anteriores, os quais podem ser vistos como “período de teste”, o documento levanta algumas propostas de novas ações para que os projetos continuassem amparados por uma base legal legítima.

Por exemplo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC42/2008), que insere no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, o termo juventude na Constituição Federal. Na qual se afirma que ao reconhecer esta parcela da população como segmento prioritário para a elaboração de políticas públicas, como já fora feito com idosos, crianças e adolescentes, avançaríamos pela superação da ideia binômio ‘juventude-problema’ para um patamar onde a juventude seja compreendida como um grupo de sujeitos detentores de direitos.

O texto da ‘PEC da Juventude’ (como ficou conhecido) indica ainda a necessidade de aprovação de uma segunda matéria, um Projeto de Lei (PL) estabelecendo o Plano Nacional de Juventude. Tal Plano aponta uma série de metas que deverão ser cumpridas pela União, em parceria com estados, municípios e organizações juvenis nos próximos 10 anos (contados a partir de 2008).

O PL 4530/2004, que trata do Plano Nacional de Juventude, já foi aprovado por uma comissão especial na Câmara dos Deputados e aguardava apenas a votação em plenário. Como o relatório foi aprovado em dezembro 2006, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) propunha sua atualização e votação ainda naquele ano (2008).

Em seu projeto o PEC funcionaria como proposta que visa não o imediatismo das maiorias das políticas para juventude, mas algo para se concretizar no presente e

gerar bons frutos no futuro. Foi também em 2008 que aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em abril, quando esse documento serviu de exemplo de luta política para juventude.

Assim, a aprovação do PEC da Juventude, foi aprovada apenas em julho de 2010, após tramitar sete anos no Congresso Nacional. A Emenda inseriu o termo "jovem" no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento, direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres.

Segundo o site da Secretaria Nacional de Juventude, a aprovação da matéria foi resultado de uma luta suprapartidária, que envolveu o Conjuve, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), conselhos estaduais e municipais de juventude, movimentos e entidades da sociedade civil, além de governos e parlamentares em todo o país.

Enquanto o Estatuto do Jovem, o qual já vinha sendo discutido e elaborado nas reuniões do Conjuve de 2008 a 2010, foi aprovado pela Câmara em outubro de 2011 e seguiu para a votação no Senado desde então, e o Plano Nacional de Juventude, que ainda aguarda apreciação da primeira Casa.

No ano de 2008, foi publicado pela editora UFPR o livro *Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania*, o qual relata no período junho a dezembro de 1998, de uma forma mais precisa e detalhada, a situação em relação a vidas de jovens entre 14 e 20 anos, moradores diversas regiões da cidade e de diferentes classes sociais e que muitas vezes compartilham das mesmas aflições e desejos.

Em 2009 o IPEA (O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) lançou o caderno *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*, no qual estavam reunidos diversos textos sobre as conquistas e desafios no campo das políticas públicas de juventude com o fim de aprofundar a reflexão e ampliar o repertório de temas e questões que são cruciais para a compreensão da temática juvenil no âmbito da ação pública.

Já em 2010 saíram os resultados do último CENSO do Brasil, no qual pode-se observar que a Região Metropolitana (RM) de Curitiba apresenta a maior concentração populacional no grupo entre 25-29 anos, e também concentra proporções mais elevadas nos grupos subsequentes: 30-34 e 35-39 anos. Constituindo-se o espaço mais

urbanizado do Estado e de maior concentração das atividades econômicas do secundário e do terciário, a RM de Curitiba vem atraindo, década após década, contingentes migratórios de força de trabalho com perfil etário formado principalmente por adultos jovens.

3. OS PERFIS

Segundo o livro “Juventude e Políticas Sociais no Brasil” (2009), o temor de uma explosão demográfica fundamenta-se, no caso brasileiro, pela magnitude da população jovem: 47 milhões tinham de 15 a 29 anos em 2000. Este número é resultado de uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980, conhecida por “onda jovem”.

Aliado a esta questão, o aumento da fecundidade entre as adolescentes e o da mortalidade entre homens jovens, ocorridos em um contexto de fecundidade e mortalidade declinantes, deram à juventude um destaque no debate sobre políticas públicas.

No entanto, nota-se que esse contingente populacional já experimenta um processo de desaceleração em seu crescimento. Projeções recentes apontam que, em 2010, o Brasil terá o máximo esperado de jovens – aproximadamente 51 milhões –, mas o grupo de 15 a 19 anos já deverá apresentar um contingente menor – cerca de 1,3 milhão de pessoas.

Ressalta-se também que, nesta década, a fecundidade entre as adolescentes vem apresentando um declínio sustentado e o mesmo parece estar acontecendo com as taxas de mortalidade.

Distribuição proporcional da população jovem por sexo, segundo algumas categorias – Brasil

| | 15-29 | | | | | |
|-------------------------------------------------|-------|------|------|------|-------------|-------------|
| Só estuda | 10,5 | 15,7 | 15,2 | 19,3 | 12,9 | 17,5 |
| Estuda e participa do mercado de trabalho | 13,0 | 19,2 | 8,7 | 16,7 | 10,8 | 17,9 |
| Só participa do mercado de trabalho | 72,7 | 57,9 | 35,2 | 42,0 | 53,6 | 49,9 |
| Nem estuda nem participa do mercado de trabalho | 3,8 | 7,2 | 40,9 | 22,0 | 22,7 | 14,7 |

Fonte: PNADs de 1982 e 2007/IBGE.
Elaboração das autoras.

Aqueles que não estudavam e não faziam parte do mercado de trabalho constituíam parcela também não desprezível entre os jovens. Embora decrescente entre as mulheres e baixa entre os homens, a proporção de jovens do sexo masculino nesta situação cresceu em todas as idades, neste último segmento.

A Taxa de mortalidade devido “causa externa” atingiu 204 por 100 mil em 2000. Entre 2000 e 2006, observou-se uma leve redução para 192,6 óbitos por 100 mil. As mulheres são menos suscetíveis a este tipo de causa de morte, o que explica a redução sistemática observada em suas taxas.

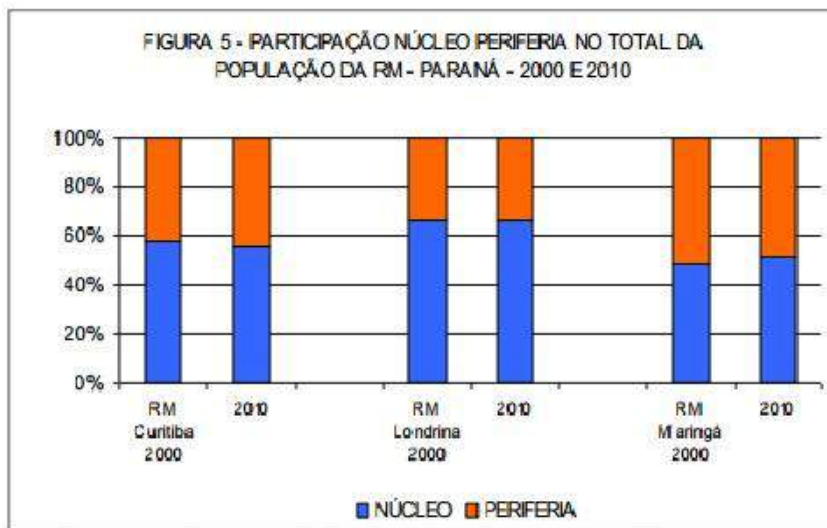
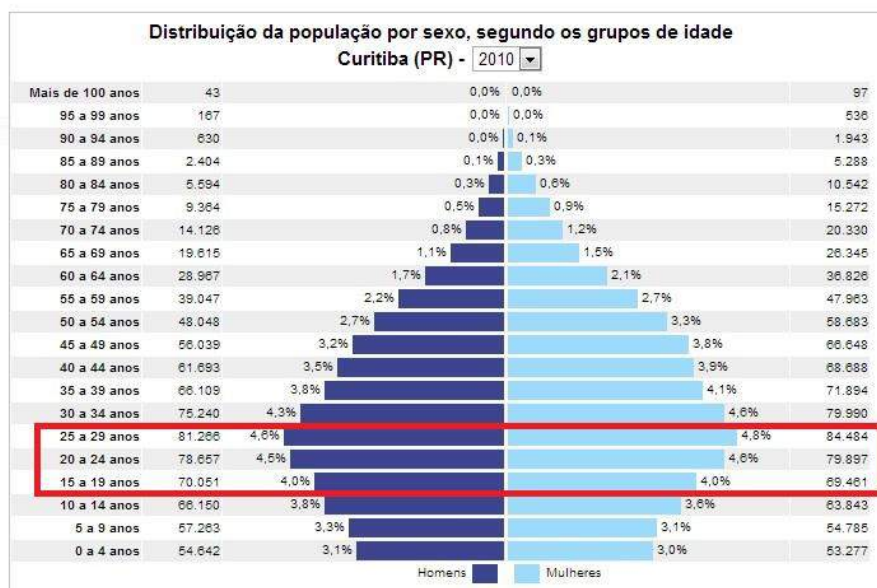
As causas externas foram responsáveis dos óbitos de homens de 15 a 29 anos e por cerca de 77%, em 2006. Entre estas, estão homicídios, acidentes de transporte e suicídios. Em 1980, eram responsáveis por 28,9% no total de óbitos por causas externas; em 2006, passaram a representar 56,8%. Os óbitos por acidentes de transporte tiveram sua importância relativa reduzida entre 1980 e 2000 e aumentada nesta década. Em 2006, constituíam 24,1% do total de óbitos por causas externas.

Existem ainda duas questões que se deve ressaltar: um cuidado a ser tomado é o de não criminalizar o jovem brasileiro. Os jovens estão mais presentes não só entre agressores, mas também entre as vítimas no mundo todo. Estudos apontam, porém, que a criminalização precoce, com políticas de repressão focadas especialmente nos jovens, sem o devido cuidado, tende a fortalecer o comportamento desviante.

No texto referente ao livro, foram enfocados os jovens com idade entre 18 e 29 anos – mas, como o objetivo foi também o de examinar políticas governamentais voltadas para a prevenção da violência, o público alcançado inclui, por vezes, adolescentes e até mesmo crianças. Para tanto, foram analisadas as ações empreendidas com foco na repressão ao crime e as iniciativas mais recentes visando à prevenção da violência.

Enquanto em Curitiba:

Tabela 2.6 - População residente, por grupos de idade, segundo os municípios e o sexo



FONTES: IBGE – Censo Demográfico; IPARDES; Observatório das Metrôpoles

4. O JOVEM E A “ATRAÇÃO” PELA VIOLÊNCIA

No capítulo 8 do livro *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* foi analisado o programa do governo: *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)*, ao qual foi dedicada uma seção separada, não somente por constituir uma iniciativa que pretende articular ações repressivas e preventivas, mas também por sua explícita focalização sobre os jovens. Programa que será tratado neste e no próximo item.

Ao continuar a leitura dos estudos realizados em 2009, à imprevisibilidade contida na passagem de uma experiência de vida majoritariamente pautada pelas relações que se estabelecem no espaço protegido e controlado da convivência familiar para as múltiplas vivências possíveis no cenário mais amplo dos espaços públicos, nos quais tem lugar a efetiva construção da autonomia.

Segundo a opinião dos jovens, as principais questões associadas a esta noção são as drogas, a violência e as más companhias, sendo os riscos iminentes as possibilidades de dependência química, de vitimização por agressões ou de envolvimento em situações perigosas por influência do grupo de amigos.

Em linhas gerais, estes fatores expressam dificuldades na relação do jovem com seu meio mais imediato, podendo ser organizados em três categorias distintas:

- i) Problemas na vinculação social do jovem às instituições que têm como função contribuir para a sua formação e supervisão – a família, a comunidade e a escola;
- ii) Condições em que se dá o processo de construção de sua autoimagem;
- iii) Influência do grupo de amigos com quem convive mais imediatamente o jovem e as inter-relações que este grupo estabelece na sociedade.

Segundo Kliksberg (2006, p. 935-936),

“A isso é acrescentada a percepção, no caso dos jovens pobres, de que seriam “suspeitos em potencial”. Poderiam chegar a ter condutas delituosas facilmente. Essa mensagem, basicamente de desconfiança, contamina as políticas, as atitudes e o comportamento para com os jovens em sala de aula, no mercado de trabalho, no trato das instituições públicas e em vários aspectos da vida cotidiana.”

A partir desses elementos podem ser pensadas políticas de prevenção das infrações entre os jovens. Esta parece ser a abordagem mais profícua quando se fala em

juventude e segurança pública. Em geral, as políticas preventivas voltam-se precisamente para os fatores de risco identificados. São várias as categorizações adotadas para os diferentes tipos de políticas preventivas¹⁶ e muitas pesquisas já foram feitas ao redor do mundo para avaliar o que funciona ou não nesta área ainda muito pouco explorada no Brasil.

Fatores como a expansão, diversificação e sofisticação da violência delitual nas grandes cidades, a disseminação do porte de armas de fogo, a generalização de uma “cultura da violência” e as grandes contradições sociais – especialmente o consumismo exacerbado em meio à restrição das oportunidades de inserção social via mercado de trabalho e às grandes desigualdades sociais – têm sido apontados como responsáveis por este quadro.

No centro do problema está o processo de construção e afirmação de uma nova identidade e o papel que a violência pode exercer neste contexto. Baseado, conforme vários estudiosos têm apontado, na ampla aceitação da violência como instrumento legítimo visto pela sociedade brasileira para solução de conflitos, seja para “defender a honra”, seja para atestar o poderem um determinado grupo.

Levar este fator em consideração é um requisito essencial para o sucesso das ações na área de prevenção da violência, pois restringir a vitimização juvenil e o comportamento violento dos jovens requer muito mais do que atuar sobre a letalidade juvenil ou o recrutamento dos jovens pobres para o crime.

5. JOVENS COMO ALVO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo o *Pronasci*, a abordagem policial geralmente focaliza os jovens, como será mostrado a seguir.

3 tipos de estratégias do Governo Federal, segundo o texto de Brasil (2004):

A) Prevenção primária:

“Estratégia centrada em ações dirigidas ao meio ambiente físico e/ou social, mais especificamente aos fatores ambientais que aumentam o risco de crimes e violências (fatores de risco) e que diminuem o risco de crimes e violências (fatores de proteção), visando a reduzir a incidência e/ou os efeitos negativos de crimes e violências”.

B) Prevenção secundária:

“Estratégia de prevenção centrada em ações dirigidas a pessoas mais suscetíveis de praticar crimes e violências, mais especificamente aos fatores que contribuem para a vulnerabilidade e/ou resiliência destas pessoas (...), bem como a pessoas mais suscetíveis de servítimas de crimes e violências”.

C) Prevenção terciária:

“Estratégia de prevenção centrada em ações dirigidas a pessoas que já praticaram crimes e violências, visando a evitar a reincidência e promover o seu tratamento, reabilitação e reintegração familiar, profissional e social, bem como a pessoas que já foram vítimas de crime e violências, visando a evitar a repetição da vitimização e a promover o seu tratamento, reabilitação e reintegração familiar, profissional e social”.

No Brasil, estão a cargo e são executadas prioritariamente pelos governos estaduais e do Distrito Federal, por meio de um aparato composto, principalmente, por suas Polícias Militares e Civis, seus tribunais de justiça, seus ministérios públicos, suas defensorias públicas e seus estabelecimentos penais – prisões, cadeias públicas etc.

Uma iniciativa recente do governo federal para lidar com esta questão foi a edição e a distribuição, em 2008, de uma cartilha intitulada *A polícia me parou. E agora?* direcionada especialmente para os jovens, informando seus direitos e as melhores formas de agir no momento de uma abordagem policial.

Paralelamente, foi elaborada também uma cartilha voltada para policiais militares, para esclarecer como lidar com algumas situações e evitar abusos. Uma das possibilidades dadas pelo autor para mudar a atual postura, fortemente arraigada em fatores culturais, sociais e de formação dos policiais, é preciso reforçar os valores democráticos e desconstruir preconceitos.

Certamente, isto não pode ser solucionado a curto prazo, sendo de importância fundamental um trabalho contínuo de formação e capacitação, além da implantação de modelos de policiamento, em que a relação entre comunidade e forças policiais seja pautada pelo maior respeito e confiança mútua, e do incremento dos mecanismos de controle da ação policial.

Outra via de atuação é a prevenção. A preocupação maior, neste caso, tende a ser com a prevenção das manifestações de violência, fenômeno social de múltiplos aspectos e que pode ser tratado de diferentes formas, cabendo maior destaque à violência física.

Além das políticas de segurança com foco na prevenção, mencionam-se políticas de educação, cultura, esporte, trabalho, bem como a proteção dos direitos dos jovens vitimados ou vítimas potenciais.

O objetivo aqui, mais do que manter os jovens ocupados, afastá-los das ruas e preencher seu tempo ocioso, deve ser o de lhes dar uma formação completa e integral, oportunidade tanto de trabalho como de lazer, e aumentar seu leque de possibilidades de sociabilização, de inserção na vida social e de crescimento pessoal.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), da *Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)*, cujo abrangente objetivo é “promover a reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano”.

Na segunda metade da década de 2000, políticas mais especificamente voltadas à prevenção da violência têm sido estruturadas, possivelmente motivadas pelo crescimento das taxas de homicídio e de outros crimes entre jovens e pela própria difusão de novas tecnologias preventivas.

No Brasil, há ações realizadas pelo poder público – por meio da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios – e por organizações não governamentais (ONGs). Em 2009, foi lançado, ainda, o Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens, coordenado pela SEDH. Segundo Brasil (2005), em 2008, havia 168 projetos de prevenção à violência existentes no Brasil, apoiados ou não pela secretaria.

Enfim, segundo as considerações finais do texto descrito acima, o lançamento do **Pronasci**, um programa governamental que visa articular ações sociais e de segurança pública e prevê diferentes projetos voltados para os jovens é algo significativo. Os méritos das estratégias preventivas são vários, entre estes os de se antecipar à ocorrência do crime, buscar impedir o envolvimento dos jovens com episódios de violência e reduzir a pressão sobre o sistema de justiça criminal, cuja capacidade de punir e reinserir é restrita.

Nesse contexto o primeiro projeto do Pronasci em Curitiba teve início em julho de 2008 e terminou em julho de 2009. Seu objetivo era Objetivo Geral a formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à situação de violência doméstica ou urbana, no bairro Sítio Cercado. Já o público-alvo do projeto contempla 300 jovens entre 15 e 24 anos, residentes desse bairro. As ações deste projeto visam impedir ou inibir a ocorrência dos atos criminosos entre os jovens.

6. OS PROJETOS E SUAS AÇÕES

O **Projeto Cultura Viva**, citado no item 1. do texto, foi criado e regulamentado por meio das Portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005 do Ministério da Cultura. Ele é executado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC/MinC). Enquanto o financiamento é gerado por recursos do Governo Federal e dos parceiros públicos e privados, por meio de convênios, bolsas ou prêmios concedidos através de chamamento público.

Segundo o seu próprio site, esse Programa surgiu para fortalecer o protagonismo cultural na sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades, ampliando o acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais, tendo como base os Pontos e Pontões de Cultura – que serão explicado mais adiante.

Os principais objetivos desse Projeto são: reconhecer iniciativas e entidades culturais, fortalecer processos sociais e econômicos da cultura, ampliar a produção, fruição e difusão culturais, promover a autonomia da produção e circulação cultural, promover intercâmbios estéticos e interculturais, ampliar o número de espaços para atividades culturais, estimular e fortalecer redes estéticas e sociais e principalmente qualificar ‘Agentes de Cultura’ como elementos estruturantes de uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura.

Já o público alvo se constitui por: populações de baixa renda, habitantes de áreas com precária oferta de serviços públicos (em grandes ou pequenos centros urbanos), adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social, estudantes da rede básica de ensino público, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica, habitantes municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e/ou ambiental brasileiro, bem como comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos, os próprios ‘Agentes de Cultura’, artistas e produtores, pesquisadores, acadêmicos e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural.

Para se criar uma rede, os entes da federação interessados devem, por meio de documento oficial, solicitar ao MinC a criação de Rede de Pontos de Cultura, indicando o número de Pontos a serem selecionados, e dispor de contrapartida financeira. Em média, os estados e municípios dispõem de 1/3 do valor total do convênio a ser firmado.

Podem participar dos editais de seleção pública, grupos e coletivos informais, bem como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de natureza cultural, como associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas, escolas e suas associações de pais e mestres, *Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs)* e *Organizações Sociais (OS)*, com atuação comprovada na área cultural de, no mínimo, três anos e sediadas em seu respectivo estado e/ou município.

Os projetos a serem selecionados deverão, partindo de iniciativas culturais, funcionar como instrumento de reconhecimento e articulação de ações já existentes nas comunidades, contribuindo para a inclusão social e a construção da cidadania, sejam por meio da geração de emprego e renda ou do fortalecimento das identidades culturais.

Para se tornar um **Ponto de Cultura**, os responsáveis pela entidade devem participar do edital de divulgação da Rede de Pontos de Cultura do seu estado ou município, enviando projeto para análise da comissão de avaliação, composta por autoridades governamentais e personalidades culturais.

Os **Pontos de Rede** são as parcerias do Governo Federal com os Governos Estaduais, Municipais e Consórcios Intermunicipais, que visam a ampliação da capilaridade do programa, realizada por meio de assinatura de protocolo, para o fortalecimento da Rede do Programa Cultura Viva, a estabilização de seus conceitos fundamentais, e a implementação de ações diretas indutoras e estratégicas, bem como de ações que permitam e criem condições para a construção de percursos, circuitos e redes de políticas culturais.

Esta parceria é prevista a partir da adesão do ente federado ao **Sistema Nacional de Cultura**. Dentre as ações a serem desenvolvidas para o fortalecimento da Rede do Programa Cultura Viva serão disponibilizados recursos para: desenvolvimento de planos de trabalho dos grupos, coletivos e entidades (Pontos e Pontões de Cultura); capacitação de grupos, coletivos e entidades (Pontos de Cultura); premiação de grupos, coletivos e entidades; contratação de bolsistas – Agentes de Cultura; realização de seminários e

encontros temáticos, em especial das “TEIAS”, nome dado ao Encontro dos Pontos de Cultura.

O **Pontões de Cultura** existem desde 2004 e são espaços para articulação, difusão das ações de cada entidade e estabelecer a integração e o funcionamento da rede dos ‘Pontos de Cultura’. Eles recebem recursos de até R\$ 500 mil, por meio de edital público, para desenvolver programação integrada, adquirir equipamentos e adequar instalações físicas. E atuam tanto na dinamização dos contatos entre os Pontos, com foco temático ou regional, quanto como parceiros na implantação de ações do Programa. O financiamento se dá por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais.

Enquanto que o **Pontos de Cultura** é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. Como um parceiro na relação entre estado e sociedade, e dentro da rede, o ‘Ponto de Cultura’ agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si. Ele não possui um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade.

Um aspecto comum a todos os Pontos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e a sociedade civil. Assim a adesão à rede de Pontos de Cultura é voluntária, realizada a partir de chamamento público, em editais lançados pelo Ministério da Cultura, pelos governos dos Estados ou pelas Prefeituras. Eventualmente, outras instituições públicas podem ser responsáveis pelo chamamento público.

Dentro desse contexto de medidas para fomento de cultura, em Curitiba existe uma associação chamada *Soylocoportique* que pode ser considerado um ‘Ponto de Cultura’ da cidade, mesmo que institucionalmente ainda não tenha participação direta com o Governo Federal. Ela surgiu, juridicamente, em 2007, mas os primeiros trabalhos remetem ao ano de 2005, durante o Fórum Social Mundial Porto Alegre (RS), tiveram a ideia de percorrer a América Latina realizando pesquisas sobre a história do povo latino-americano e sua cultura.

Enquanto em 2006, foi realizado em Curitiba a Semana de Integração Latino-Americana (resultado da participação ao Fórum Social Mundial em Caracas). Um

evento voltado para o debate de temas relativos à agenda do continente, buscando suscitar a questão entre a comunidade acadêmica e os estudantes da rede pública de ensino. Desse modo, os mesmos participantes dos eventos anteriores colaboraram na organização do II Encontro de Direito e Cultura Latino-Americano, sediado na UFPR e que teve por objetivo repensar o Direito e a Cultura por meio dos olhos, vozes, ouvidos e corações latino-americanos, segundo o próprio site do coletivo.

Num momento seguinte houve um processo de amadurecimento e institucionalização, o estatuto foi registrado e passou a funcionar sob a forma jurídica de associação civil 'sem fins lucrativos'. Tal processo resultou também em algumas parcerias, por exemplo, a Universidade Federal do Paraná e com entidades estudantis, colaboradoras na realização do Festival de Cultura, que será explicado mais adiante.

Outra frente de atuação do coletivo ou Ponto de Cultura é o '*Pontão de Cultura Kuai Tema*', que por meio de convênio com o **Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura**, trabalhou para a articulação dos Pontos de Cultura no Paraná. Em 2009, o Pontão percorreu o estado com o Seminário de Formação em Cultura Digital e criou uma rede de comunicação e de troca de experiências entre os Pontos – o Portal Nós da rede.

A vivência de formação em cultura digital com os Pontos de Cultura resultou na Cartilha da Cultura Digital, uma espécie de manual de como produzir e disponibilizar online conteúdos de comunicação em software livre. A documentação audiovisual das práticas culturais do Paraná resultou no Breve Panorama da Cultura Popular no Paraná.

O **Festival de Cultura**, que ocorre gratuitamente desde 2006 em Curitiba. O Festival reúne grupos culturais que praticam a construção coletiva e, em geral, não têm espaço na grande mídia. A iniciativa já contou com cinco edições e promove oficinas e debates pautados pela comunicação cidadã, diversidade cultural e sustentabilidade da vida no planeta, além de apresentações artísticas.

Desde sua primeira edição, o Festival é um espaço de confluência de visões relacionadas à ancestralidade, à espiritualidade, à construção de uma sociedade baseada na colaboração, no equilíbrio do homem com o ambiente e consigo mesmo. Buscando uma relação orgânica com o planeta e a sociedade e, ao mesmo tempo, apropriando-se das novas tecnologias, o Festival promove cultura, inovação e sustentabilidade. Nele,

mistura-se a cultura alternativa com as populares e dos povos tradicionais, com a urbana e a erudita, valorizando a identidade latino-americana, brasileira, paranaense, curitibana.

São milhares de pessoas que, ao longo desses anos dialogaram, desenvolveram seu olhar, mostraram sua cultura, expandiram sua arte, além de dezenas de instituições que convergiram e conectaram seus esforços em rede, aprimorando e difundindo seus empreendimentos. São indivíduos e sonhos que passaram pela organização do Festival, descobriram como criar a ponte entre o ideal e o real e oferecer um grande espetáculo em espaços públicos com atividades gratuitas à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O censo de 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostrou que a pirâmide etária engrossou na faixa dos 15 a 29 anos. Em 2008 o termo “juventude” finalmente é inserido na Constituição Federal. E com isso se intensificam as reuniões do Conselho Nacional de Juventude e Políticas Públicas voltadas para a classe jovens brasileira (15 -29 anos, segundo o CONJUVE).

Enquanto o censo de 2010 indica que o aumento dessa faixa é crescente no Brasil bem como em Curitiba. Juntamente com o crescente número de jovens cresce o número de mortalidade entre eles. Principalmente entre jovens de menor índice de escolaridade e financeiro, moradores de regiões mais afastadas dos centros urbanizados e muitas vezes excluídos de políticas públicas voltadas para garantia de seus direitos básicos como educação, saúde, lazer e cultura.

Nesse contexto, criou-se o Pronasci como um incentivo do Governo Federal juntamente com as polícias civil e militar das grandes cidades com o intuito de ser uma política pública de prevenção e repressão da violência juvenil. Algo que pode ser entendido como necessário visto os dados de mortalidade entre jovens, mas que numa grande escala não resolve o problema a fundo, pois não é apenas tentando evitar atos

violentos que os jovens de classes baixas se livram desse estigma dado a eles durante tantas gerações.

Cultura e lazer são cruciais para essa classe de jovens principalmente por parte estar inserida no mundo do trabalho muitas vezes terceirizado ou informal. Direito de ir e vir sem intervenção policial, direito à cultura gratuita e que se sintam atraídos, lazer gratuito e de todos os tipos, por exemplos shows, pistas de skate, cinema, etc.

Assim, o projeto 'Festival de Cultura' realizado em Curitiba pelo Ponto de Cultura *SoyLocoPorTié* é uma ferramenta que possibilita esses e outros jovens transitarem pela cidade por espaços que geralmente os excluem, mas que durante a realização do Festival e suas atrações de diversos estilos e gratuitas permitem uma redefinição dos espaços e até mesmo dos perfis deles por eles mesmos e pela sociedade que os discrimina.

Referencias Bibliográficas

Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Agencia de notícias da Prefeitura de Curitiba. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/noticia.aspx?codigo=21209> , Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Associação SoyLocoPorTi. Disponível em: <http://soylocoporti.org.br>, Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Blog do CESPDPH – UFPR. Disponível em: <http://observatoriodeviolenciasnainfanciaufpr.wordpress.com/> Acesso em: 13 de agosto de 2013.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria & ANDRADE, Carla Coelho (orgs.): *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.

Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/conjuve>, Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Comunicação Compartilhada Festival de Cultura do Paraná. Disponível em: <http://cc.nosdarede.org.br/>, Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Cultura Viva. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/> Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Festival de Cultura. Disponível em: <http://www.festivaldecultura.art.br/edicoes-antiores/>, Data de acesso: 10 de agosto de 2013.

Info Jovem. Disponível em : <http://infojovem.org.br>. Acesso em: 09 de ago. 2013

Ipea apresentou relatório de atividades 2009 e plano de trabalho 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=727

Ipea lança publicação Brasil em Desenvolvimento 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8575.

Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Juventude e Políticas Públicas. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_JuventudePoliticass.pdf. Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Livreto Retrato – 3ª edição. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/livreto_retrato_3edicao.pdf. Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Mapa da Violência – Brasil. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/> Acesso em: 13 de agosto de 2013.

O Estado do Paraná no Censo 2010. Disponível em:

http://web.observatoriodasmetroles.net/download/PR_Censo2011.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2013.

PEC da Juventude Nº 42/2008. Disponível em:

<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/caderno-da-campanha-pela-pec-da-juventude> Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Portal de Serviços de Curitiba. Disponível em:

<http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/adolescentes-projovem-convivencia/207>, Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Projovem Urbano Curitiba. Disponível em:

<http://www.projovem.gov.br/site/html/cidades/curitiba.html>, Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Publicações Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos -UFPR.

Disponível em: <http://www.cespdh.ufpr.br/publicacoes.php> Acesso em: 13 de agosto de 2013.

SALLAS, Ana LuisaFayet (coord.): *Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude violência e cidadania.* Curitiba: UFPR, 2008.

Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em:

<http://www.juventude.gov.br/marcos/2010-aprovada-a-pec-da-juventude> Acesso em: 13 de agosto.

STECANELA, Nilda (UCS). (2009). *Os dilemas do tempo e as (in)quietudes cotidianas juvenis.* In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. 28 a 31 de julho de 2009. Rio de Janeiro. Grupo de Trabalho: Sociologia da Infância e da Juventude.